

Transferência da única unidade de atendimento público para crianças com dificuldade de aprendizagem provoca uma queixa generalizada. Laudo condena futuras instalações

Centro provisório é reprovado

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

Marcelo Ferreira

Para concluir a reforma do único centro de atendimento gratuito a crianças e adolescentes com problemas mentais da cidade, o governo terá de transferir mais de 400 pacientes para galpões de madeirite, localizados em frente ao Jardim Zoológico. A mudança revoltou pais, usuários e funcionários do Centro de Orientação Médica Psicopedagógica (Compp), que está em atividade há 36 anos na 501 Norte. Eles reclamam do novo local e temem que a mudança seja permanente.

O Compp funciona ao lado da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs). Os usuários do centro receiam que a transferência dos atendimentos tenha a finalidade de deixar vago o espaço para a ampliação da Fepecs. O secretário de Saúde em exercício, Mário Horta, confirma a reforma e a remoção provisória dos alunos. Por meio de assessoria de imprensa, o secretário negou a expansão da Fepecs na área ocupada pelo Centro de Orientação Médica Psicopedagógica e garantiu que a mudança será feita somente para a reforma das instalações do Compp.

A Secretaria de Saúde não informa, entretanto, quando ocorrerá a transferência. Entre os pais de alunos e funcionários, as dúvidas permanecem. "Ninguém diz quando será feita a mudança. Os pais e crianças atendidas pelo Compp estão com medo. A transferência vai atrapalhar o projeto pedagógico desenvolvido com os usuários do centro, já que nossa meta é facilitar a socialização das crianças e jovens", explica a psiquiatra Marisa Cunha, funcionária do Compp há oito anos.

O local para onde serão levados os pacientes é de difícil acesso e não tem infra-estrutura adequada para receber as crianças e adolescentes com problemas mentais. A Diretoria de Vigilância Sanitária realizou uma vistoria na área em fevereiro deste ano. O laudo, ao qual o *Correio* teve acesso, afirma que o local "não oferece as condições sanitárias e de segurança para o funcionamento de serviço de saúde mental". Entre as irregularidades encontradas pelo órgão estão o difícil acesso, paredes de material inadequado e janelas tipo "guilhotina", que favorecem acidentes com crianças. Os galpões, usados durante a construção do metrô, foram pintados para receber as crianças. O Corpo de Bombeiros realizou vistorias e também encontrou irregularidades com relação ao sistema de prevenção de incêndio.

O Ministério Público condena a transferência das crianças atendidas pelo Compp. O promotor de Justiça de Defesa da Criança e



A UNIDADE PROVISÓRIA DO CENTRO DE ATENDIMENTO É UM GALPÃO REFORMADO DO METRÔ, PRÓXIMO AO ZOOLOGICO: CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE ENSINO

da Juventude Moacyr Rey Filho entrou na Justiça para tentar impedir que a transferência ocorresse antes de o lugar ser completamente adaptado. Em 2003, ele entrou com uma ação cautelar na Justiça, exigindo que a qualidade dos serviços fosse mantida, mesmo com a mudança de local.

Em janeiro deste ano, a juíza Fernanda d'Aquino Mafrá Cerqueira determinou que o GDF não fizesse a transferência antes de adaptar o local para onde seriam levadas as crianças. Mas a Procuradoria Geral do Distrito Federal recorreu da decisão, e o desembargador Lécio Resende concedeu liminar em favor do governo. Desta forma, a Secretaria de Saúde pode fazer a transferência a qualquer momento, sem a exigência de apresentar projeto de adaptação dos galpões.

Mesmo com a garantia da Secretaria de Saúde de que a transferência é provisória, o promotor de justiça de Defesa da Criança e da Juventude Moacyr Rey Filho teme que os jovens atendidos pelo Compp fiquem definitivamente nos galpões do Metrô. "Técnicos do Ministério Público realizaram vistorias nas instalações do centro e encontraram plantas que mostram que as obras são para a construção de salas de aula e biblioteca. Tudo leva a crer que o governo quer ampliar a Faculdade de Medicina, localizada ao lado do Compp", garante o promotor.

Em nota oficial, a Secretaria de Saúde justificou a escolha do local provisório para onde serão transferidos os pacientes. "Os

Edilson Rodrigues/CB



NÃO QUERO SAIR DAQUI, NEM QUE SEJA POR UM TEMPO

Larissa de Oliveira Correia, estudante

técnicos selecionaram uma área que poderia receber todo o serviço do Compp sem a necessidade de desmembrá-lo. Em frente a esse local circulam várias linhas de ônibus, além do metrô. Após o término das obras, o Compp retornará imediatamente ao endereço original", diz a nota.

Moção da Câmara

A reforma vai durar seis meses e deve custar cerca de R\$ 3 milhões. A estudante Larissa de Oliveira Correia é atendida pela

equipe do Compp desde 2000. A adolescente sofre de esquizofrenia e tem dificuldade de aprendizagem. Aos 17 anos, ela está na 2ª série do ensino fundamental. "Não quero sair daqui, nem que seja por um tempo", reclama Larissa. Sua mãe, a dona-de-casa Maria das Graças Oliveira Correia, garante que a menina fez grandes progressos desde que entrou no Compp. "Ela não se comunicava direito e tinha dificuldade até de comer com garfo. Hoje está mais independente",

explica a dona-de-casa.

A coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Climene Quirido, garante que a maioria das crianças atendidas pelo Compp é de baixa renda e que o galpão providenciado para a transferência não tem condições de receber os jovens. "Esta mudança é um absurdo. Se o governo quer fazer a reforma das instalações do Compp, o que é uma iniciativa positiva, deveria providenciar um local adequado para receber essas crianças", garante Climene.

O auxiliar administrativo Ailton Ferreira, que tem um filho de 7 anos atendido pelo Compp, também critica a transferência. Morador de Planaltina, ele garante que terá mais dificuldade para levar o garoto Taylon Ferreira para as consultas no centro enquanto durarem as reformas. "Acho que teremos que cancelar os atendimentos durante a mudança."

Procurada por pais e funcionários do Compp, a deputada distrital Érika Kokay (PT) organizou, no último dia 10, uma audiência pública para debater a transferência dos pacientes atendidos pelo centro. A Câmara Legislativa já aprovou uma moção contra a mudança. A deputada garante que vai pedir uma audiência ao governador e propor que a transferência seja revista. "Em vez de dificultar o acesso das crianças ao centro, o governo deveria ampliar o atendimento a jovens com problemas mentais em todas as cidades do Distrito Federal", reclama a distrital.